

Fazenda reconhece que o problema é estrutural

Eis a íntegra da nota:

"O Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira manteve uma discussão franca com o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos sobre a dívida externa. Nesta conversa, deixou claro que a dívida do Brasil, sendo quase cinco vezes maior do que o valor das exportações, é um problema estrutural da economia do País que não pode ser resolvido da maneira atual. A dívida externa exige soluções a um tempo realistas e adequadas à efetiva capacidade de pagamento do País. Não basta para o Brasil aumentar exportações e pôr "ordem na

casa". Sem soluções criativas, será impossível chegar a um encaminhamento definitivo para o problema da dívida.

O Ministro Bresser Pereira concorda, entretanto, em formular uma proposta que não torne obrigatória a conversão de metade da dívida em títulos. Da proposta, continuará a constar a emissão de uma quantidade expressiva de títulos, mas o Brasil não exigirá uma percentagem mínima de títulos a serem subscritos pelos bancos.

Os títulos a serem emitidos, entretanto, embora tenham uma taxa de juros inicial inferior à do mercado, repre-

sentando um desconto, deverão ser aceitos voluntariamente por um grande número de bancos por serem facilmente renegociáveis, incluírem um pagamento adicional de juros caso a economia brasileira aumente objetivamente sua capacidade de pagar, e porque não obrigarão mais os bancos a fornecerem novos empréstimos a cada ano para financiamento parcial dos juros, os quais sofrem imediatamente um deságio no mercado, hoje de aproximadamente 50%.

O Ministro Bresser Pereira e o Secretário James Baker concordaram que

eram necessárias soluções criativas sobre a dívida, ainda que sem se afastarem excessivamente do modelo convencional. Concordaram também que o Brasil poderá fazer o acerto com os bancos para financiamento de juros sem qualquer vinculação com o Fundo Monetário Internacional.

O próximo passo a ser dado agora será a apresentação, pelo Brasil, no próximo dia 25 de setembro, de uma proposta formal para renegociação de sua dívida externa junto aos bancos privados. Brasília, 9 de setembro de 1987."